

O cerne da questão?

A hora lectiva de 45, 50 ou 90 minutos, com intervalo ou sem intervalo, é um aspecto perfeitamente acessório da reorganização/reforma curricular que o Ministério da Educação quer viabilizar. Quem se emaranha nas teias desta discussão gosta de fazer raciocínios pueris. O que conta são "as boas práticas", independentes do imperativo temporal e nem as dificuldades técnicas para os construtores de horários escolares são inultrapassáveis.

O cerne da questão é outro.

Em vez de produzirmos reformas de ensino, com carácter regular, ao sabor da cor do governo, deveríamos pôr-nos de acordo quanto ao essencial e finalidades da(s) política(s) de educação e essa discussão desde a revolução dos cravos ainda não foi feita - alguém se lembra de Vitorino Magalhães Godinho?. Não me parece que os decisores bebam a sua inspiração na Constituição da República - igualdade de oportunidades, universalidade, etc., nem se fundamentem numa avaliação sistemática de resultados de reformas anteriores, nossas e dos outros. Pelo contrário, algo os impele a dar os mesmos passos, a promover os mesmos erros e a compatibilizar os interesses dos alunos com as absolutas necessidades das leis do mercado de trabalho, como se esse fosse o grande objectivo prioritário da vida de cada cidadão, a par do seus compromissos como futuros consumidores e reprodutores dos valores da classe dominante.

As sociedades, em vias de globalização, não querem cidadãos diferentes, mais exigentes, mas conformizados. A minha perspectiva do sistema de ensino passa por privilegiar a dimensão lúdica da aprendizagem, ao longo do percurso escolar, deixando para os jovens a decisão de encontrarem o seu próprio caminho, sem pressões, sem angústias. Para isso será necessário mudar as sociedades do mundo ocidental.

Este é um comentário possível na pluralidade de opiniões. 45, 90 ou 50 minutos, são minutos relativos nas reformas do Ministério da Educação.